URBANISMO

Por Mario Yoshinaga

Há um enorme passivo ambiental decorrente da falta de planejamento urbano e de urbanismo nas nossas cidades. A cultura depredativa que remonta ao descobrimento do Brasil, aliado ao falso entendimento de abundância, tem levado a deterioração do ambiente natural e se refletido no ambiente urbano. Confunde-se o patrimônio público como terra de ninguém e que a natureza se encarrega de requalificar os habitats natural e construído depredados, e nessa crença, as pessoas se comportam como civilizações nômades embora estabelecidos. As Leis que dão amparo legal ao oportunismo e a impunidade estimulam as ações em que prevalecem os interesses particulares sobre o coletivo, possibilitando que as cidades tenham os seus recursos vistos como mercadorias. O Urbanismo no Brasil enfrenta essa cultura, cujo reflexo se observa na inadequação explicita de suas estruturas para as funções mais simples como morar, circular, recrear, trocar, entre outras, com qualidade urbana decrescente proporcionalmente ao aumento da densidade de suas atividades. A literatura sobre urbanismo no Brasil parece insuficiente para responder a muitas questões já formuladas, e as propostas colocadas em trabalhos como os Planos Diretores, na maioria das vezes, deixou de sensibilizar os gestores públicos, os agentes privados de desenvolvimento urbano e a sociedade.

O Urbanismo, que aparece no nome do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, dentro do Conselho, merece ter uma COMISSÃO PERMANENTE DE URBANISMO, para tratar dessa área de especialidade. O Urbanismo deixado em segundo plano pelo CAU poderá, e isso se evidencia pelos acontecimentos, gerar o surgimento de um Conselho próprio, pois as cidades e a sociedade precisam urgentemente de serem melhor planejadas e desenhadas. A omissão do CAU nessa área já vem estimulando o desenvolvimento de especialistas na área da Engenharia, com cursos de Engenharia Urbana, e na área de administração, a de Gestores Urbanos, reivindicando o título de URBANISTAS.

Precisamos urgentemente estimular e motivar a presença de Arquitetos Urbanistas dialogando com a sociedade, falando em linguagem simples sobre as possibilidades e necessidade do protagonismo nas decisões do desenvolvimento de suas cidades. Muitos Arquitetos e Urbanistas precisariam ser treinados para esse diálogo, pois em sua formação de arquitetura nem sempre o cliente final participa das decisões, e o projetista responde pelo usuário. No Urbanismo o usuário tem um papel relevante para o sucesso dos espaços e equipamentos de uso públicos. Temos muitas perguntas, e provavelmente devamos coloca-las para debate, seja em pequenos grupos, como a do GT Urbanismo e Plano Diretor, seja em seminários, conferencias e congressos. Eis, por exemplo, algumas das questões para serem debatidas.

QUESTÕES

1. DENSIDADES

. Áreas urbanas de baixa densidade e baixa renda trazem problemas no atendimento de serviços públicos e privados. Como planejar as cidades para evitar tais ineficiências?

1. TRANSPORTE COLETIVO

. O transporte coletivo tem sua tarifação relacionada com o IPK – Índice de Passageiros por quilometro, portanto do adensamento urbano ao longo das rotas de ônibus. Como planejar as cidades de forma a reduzir os custos do transporte coletivo?

1. CONTRAPARTIDAS

. As contrapartidas fazem parte de vários empreendimentos urbanos e imobiliários de grande porte. Como incluir essas contrapartidas num planejamento urbano como aporte para obras de grande porte?

1. PLANO DIRETOR

. Os Planos Diretores vieram para ficar, mas suas implantações nem sempre se viabilizam. Como torna-los realmente participativos, com a população engajada e compromissada?

1. INFRAESTRUTURA URBANA

. A infraestrutura urbana tem sido implantada à reboque da urbanização, com altos custos e baixa qualidade de serviços. Como obter maior eficiência e universalização desses serviços a custos menores e melhor qualidade?

1. SOLO CRIADO

. O solo criado privado cresce nas cidades sem o correspondente aumento proporcional do solo criado público, causando a escassez de áreas de circulação de carros e pedestres, mobiliário urbano e paisagismo. Como estabelecer esse equilíbrio entre os crescimentos de áreas privadas e áreas públicas (ou de uso público)?

1. OCUPAÇÃO IRREGULAR

. Os loteamentos clandestinos são muitas vezes invasões premeditadas e viabilizadas pelos serviços concessionados de água e energia elétrica. Como impedir que essas ocupações tenham os serviços concessionados para inibir essa prática?

1. PRAZOS

. As metrópoles precisam de obras de grande porte e altos custos, portanto planejadas e executadas a médio e longo prazo. Obras que demandam 10, 20 anos ou mais, deixam de serem feitas pelos prazos de governos. Como incluir essas obras estruturais nas cidades, necessárias, mas postergadas por falta de verbas e por excederem as gestões dos governos?

1. OBRAS PÚBLICAS

. As obras de engenharia têm sido feitas sem o cuidado com o urbanismo, impactando negativamente a paisagem urbana. Como resgatar o cuidado dos antigos projetos de engenharia com o seu entorno, que no passado tinham a denominação de “obras de arte”?

1. AUDIÊNCIA PÚBLICA

. As Audiências Públicas são parte importante das aprovações de projetos urbanos, mas nem sempre contam com a participação adequada, principalmente pela falta interesse, de formação e de informação da comunidade afetada. Como aprimorar esse mecanismo de aprovação de projetos, principalmente os mais impactantes, para que as pessoas sejam real e adequadamente ouvidas?

1. ANISTIAS

. Convivemos com Leis e Diretrizes urbanas que permitem Anistias e Regularizações, entre outros recursos, que inviabilizam os projetos e obras que seguem a legislação, os Planos Diretores e o Planejamento Urbano. Como evitar essas artimanhas de burlar as diretrizes urbanas?

1. MODAL DE TRANSPORTE

. Os meios de transporte devem ser utilizados basicamente em relação ao valor agregado dos materiais, mas esse planejamento raramente acontece. Como planejar a infraestrutura de transportes e o uso do solo de forma adequada e eficiente?

1. GESTÃO

. As PPP – Participação Público e Privada tem-se mostrado um interessante programa que traz recursos financeiros para os projetos urbanos. Como desenvolver esses contratos de forma a evitar que sejam apenas bons negócios para as empresas privadas?